

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
CNPJ 62.388.566/0001-90
Brasília - DF

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em R\$ 1)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos finais, referente à Auditoria Independente voltada, aos exames das Demonstrações Contábeis dessa entidade, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as análises foram realizadas em julho e agosto 2017.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) Apresentamos a V.S.as. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas composto de:
- I. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
 - II. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
 - . **BALANÇOS PATRIMONIAIS**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS DOS PERÍODOS**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
 - . **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
 - . **NOTAS EXPLICATIVAS**



**I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as empresas de pequeno e médio porte (CPC – PME R1) e sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 6, a Entidade possui registrado na rubrica “Contribuições a receber”, no ativo circulante, o montante líquido de R\$ 1.175.022 em 31 de dezembro de 2016. Em virtude das deficiências dos controles auxiliares dos saldos naquela data, das devidas ausências de conciliações entre a posição contábil e financeira e de eventos subsequentes que indicassem a realização de tal valor, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que possibilitassem assegurar a eficiência e precisão dos valores registrados e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 07 e 17 a Entidade recebeu recursos provenientes de parcerias com empresas privadas de capitalização (APLUBCAP, INVESTCAP, APLICAP) na modalidade Popular até 10/04/2016 e modalidade Incentivo a partir de 17/04/2016 através dos títulos de capitalização vinculados ao nome da FENAPAES para execução de projetos na área social. Os procedimentos de controles internos referentes às operações dessa parceria são executados por meio de planilhas eletrônicas. Decorrente de nossas análises e testes de controles internos como forma de subsidiar nossa opinião em face ao aumento significativo das operações não conseguimos obter segurança razoável dos saldos. Dessa forma, ficamos limitados de opinar sobre a possibilidade de ajustes para a adequação do saldo do Convênio no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não nos foi possível, nas circunstâncias efetuar procedimentos alternativos de auditoria que possibilitassem assegurar a eficiência e precisão dos valores registrados e divulgados nas demonstrações contábeis.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

Conforme nota explicativa nº 16 a Entidade efetuou ajustes de exercício anteriores no patrimônio social no valor líquido de R\$ 368.029 referentes a erros imputáveis a exercícios anteriores. No entanto as informações não foram corrigidas e apresentadas retrospectivamente para fins comparativos, conforme determina as normas contábeis, pelo fato da administração considerar impraticáveis os ajustes retrospectivos, dessa forma as demonstrações patrimoniais não estão em conformidade com as normas contábeis pertinentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase de continuidade operacional

A Entidade em 31 de dezembro de 2016 apurou déficit de (R\$ 357.535). Neste momento a continuidade das operações é dependente das contribuições das filiadas e de campanhas de doações. A Entidade não tem finalidade lucrativa e depende desses recursos para seu custeio e para o desenvolvimento de seus objetivos sociais. Nossa opinião não está ressalvada decorrente desse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 18 de março de 2016 com opinião modificada sobre: a) procedimento de controles internos referentes aos recursos recebido da APLUB proveniente de acordo operacional e repasses desses recursos; b) limitação de exame das receitas de doação e contribuições espontâneas registradas pelo regime de caixa, sendo os exames restritas aos valores constantes dos registros contábeis.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília - DF

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES**.



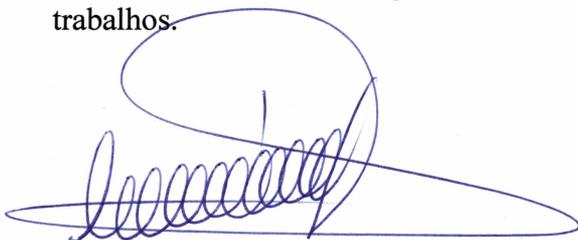
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Membros e Filiadas da
Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
Brasília – DF

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Federação Nacional das Apaes – FENAPAES** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília - DF, 29 de agosto de 2017



Hélio do Vale Ribeiro
Contador
CRC – 1 SP 162.349/O T-DF
AUDIGER AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC - DF 507

Member of

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Brasília – DF

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em R\$ 1)

ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.971.331	12.953.885
Contribuições a receber de filiadas	6	1.175.022	-
Recursos de parcerias em projetos - Com restrição	7	52.765.814	-
Estoque	8	115.851	99.443
Despesas antecipadas		16.746	1.480
Adiantamentos	9	786.128	29.513
Tributos a recuperar		7.684	-
Outros créditos		-	35.609
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		73.838.577	13.119.931
NÃO CIRCULANTE			
Título de capitalização OUROCAP - Sem restrição		210.000	-
Título de capitalização OUROCAP - Com restrição		440.000	-
Empréstimos as Federações Apaes	10	278.857	300.652
Depósitos judiciais e outros créditos		12.679	-
Imobilizado	11	2.349.788	2.211.977
Intangível		3.274	1.244
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.294.598	2.513.873
TOTAL DO ATIVO		77.133.175	15.633.805

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Brasília – DF

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> Reapresentado
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores a pagar		21.701	79.199
Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos sociais	12	191.008	131.734
Recursos de projetos em execução - Com restrição	7	24.006.931	9.490.460
Recursos de convênios em execução - Com restrição	7	46.588.962	158.889
Obrigações com filiadas	13	713.806	-
Receitas antecipadas		570.926	744.178
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>72.093.335</u>	<u>10.604.460</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	14	3.246.122	2.669.198
Ajustes de avaliação patrimonial	15	1.721.168	1.783.224
Superávits acumulados		72.550	576.923
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>5.039.840</u>	<u>5.029.345</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>77.133.175</u>	<u>15.633.805</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Brasília – DF

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVIT'S DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas próprias e com restrição		466.062.588	12.040.998
Receitas de operações próprias	18	5.721.201	5.517.706
Receitas com voluntariado	19	860.469	740.850
Renúncia fiscal	20	13.985.485	347.195
Arrecação na modalidade incentivo - Com restrição	7	445.495.432	5.435.246
Receitas e (Despesas) operacionais		(466.702.234)	(12.372.341)
Repasse para federações estaduais	21	(885.181)	(893.620)
Com pessoal e encargos sociais e assistenciais	22	(2.055.282)	(1.891.109)
Despesas gerais e administrativas	23	(3.084.950)	(3.089.702)
Tributárias		(76.797)	(79.046)
Depreciação		(102.667)	(92.396)
Trabalhos voluntário	19	(860.469)	(740.850)
Renúncia fiscal	20	(13.985.485)	(122.876)
Despesas com projetos de parcerias - Com restrição	7	(445.495.432)	(5.449.665)
Outras despesas operacionais		(155.970)	(13.077)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(639.646)	(331.342)
(+/-) Resultado financeiro		282.111	900.654
Receitas financeiras		343.992	943.073
Despesas financeira		(61.881)	(42.419)
Superávit (Déficit) do período		(357.535)	569.312

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em R\$ 1)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Superávit (Déficit) do período	(357.535)	569.312
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(357.535)	569.312

FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
 CNPJ: 62.388.566/0001-90
 Brasília – DF

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
 (Valores expressos em R\$ 1)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajuste Avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit (Déficit) acumulado</u>	<u>Total do Patrimônio Social</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015		1.083.770	1.990.935	1.585.428	4.660.133
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial			(207.711)		(207.711)
Aumento do patrimônio social pela a incorporação do superávit		1.585.429		(1.585.429)	-
Ajuste de exercícios anteriores				7.612	7.612
Superávit do período				569.312	569.312
Saldo em 31 de dezembro de 2015		2.669.199	1.783.224	576.924	5.029.345
Realização por depreciação do ajuste de avaliação patrimonial	15		(62.056)	62.056	-
Aumento do patrimônio social pela a incorporação do superávit		576.924		(576.924)	-
Ajuste de exercícios anteriores	16			368.029	368.029
Déficit do período				(357.535)	(357.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.246.123	1.721.168	72.550	5.039.840

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



FEDERACAO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES
 CNPJ: 62.388.566/0001-90
 Brasília – DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Valores expressos em R\$ 1)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais		
Superávit (Déficit) do período	(357.535)	569.312
Ajuste para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e amortizações	102.667	92.396
Resultado na baixa de imobilizado		
Adição de imobilizado por doação		
Outros ajustes que não afetam o caixa	3	3.912
Ajuste de exercícios anteriores	368.029	7.612
Realização da reserva de reavaliação		
Variações nos Ativos		
(Aumento) Redução de recursos de parcerias em projetos	(52.765.814)	3.864.654
(Aumento) Redução de contribuições a receber	(1.175.022)	-
(Aumento) Redução de estoques	(16.408)	42.284
(Aumento) Redução despesas antecipadas	(15.266)	225
(Aumento) Redução adiantamentos	(756.615)	(18.322)
(Aumento) Redução Tributos a recuperar	(7.684)	-
(Aumento) Redução Outros créditos	35.609	6.647
(Aumento) Redução de títulos de capitalização	(650.000)	-
(Aumento) Redução de depósitos judiciais	(12.679)	-
Variações nos Passivos		
Aumento (Redução) Fornecedores a pagar	(56.373)	18.737
Aumento (Redução) Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos sociais	58.149	52.505
Aumento (Redução) Recursos de projetos em execução	14.516.471	5.787.910
Aumento (Redução) Recursos de convênios em execução	46.430.073	-
Aumento (Redução) Obrigações com filiadas	713.806	-
Aumento (Redução) Receitas antecipadas	(173.252)	105.617
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>6.238.159</u>	<u>10.533.488</u>
Fluxo de caixa das Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(242.509)	(68.694)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	<u>(242.509)</u>	<u>(68.694)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos as Federações APAES	-	(103.819)
Recebimento de empréstimos as Federações APAES	21.796	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	<u>21.796</u>	<u>(103.819)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	<u>6.017.446</u>	<u>10.360.975</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12.953.885	2.592.910
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>18.971.331</u>	<u>12.953.885</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	<u>6.017.446</u>	<u>10.360.975</u>

FENAPAES
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
CNPJ/MF Nº 62.388.566/0001-90
Brasília - DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais ou, abreviadamente, Federação Nacional das APAES – FENAPAES, fundada em 13 de julho de 1963, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, constituída por Associações formadas por federações estaduais e outras entidades análogas, sendo uma entidade filantrópica de caráter beneficente de assistência social, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, formação e capacitação de lideranças, defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nas áreas da educação, saúde, formação para o trabalho, esporte, cultura, estudo e pesquisa, que tem como missão promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAES, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com validade de 28.11.2015 a 27.11.2018, conforme processo nº 71000.003638/2015-35, publicado na Portaria nº 126, item 10, de 17 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 18/12/2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordos com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, a ITG 2002 (R1) sobre Entidades sem finalidade de lucros, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes no exercício de 2016.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração, em 29 de agosto de 2017.



3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As Demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Livro Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Superávit e/ou (Déficit) - Receitas e Despesas

A Entidade tem como prática a adoção do regime de competência para o reconhecimento das receitas, custos e despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. As receitas são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, com reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária de livre movimentação, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata que estão sujeitos a baixo risco de mudança de valor de mercado.

c) Aplicações financeiras de liquidez imediata

São consideradas como equivalentes de caixa e estão detalhadas na nota explicativa 5, estão demonstradas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Créditos e outros recebíveis

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização, considerando o regime de competência de exercício. A Entidade não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual poderá ser constituída e modificada em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos.



e) Demais ativos

Os demais ativos circulantes e realizáveis à longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo. Os direitos realizáveis após os 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Contábeis são considerados como não circulantes.

f) Ativo imobilizado

Esses ativos correspondem aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Entidade. São demonstrados pelo valor do custo de aquisição ou construção, deduzidos das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica, que é estimada como segue.

- . Edificações e construções: de 04 a 40 anos
- . Instalações: 10 anos
- . Móveis e utensílios: de 04 a 10 anos
- . Máquinas e equipamentos: de 06 a 08 anos
- . Equipamentos de processamento de dados: de 04 a 05 anos
- . Máquinas e equipamentos: de 03 a 20 anos

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos dos item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

g) Ativo intangível

Esses ativos correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear, no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Redução ao valor recuperável: Não houve indicações de perda de valor do ativo intangível. Portanto, a Entidade não identificou nenhuma evidência que justifique a necessidade de provisão.

h) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A administração da Entidade não verificou evidências claras na data do balanço patrimonial de desvalorização de ativos imobilizados. Caso se identifique tais evidências futuramente, a Entidade estimará o valor recuperável do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Entidade reconhecerá uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, será realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.



i) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, quando aplicável. As obrigações vincendas após os 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Contábeis são consideradas como não circulantes.

j) Provisão para contingências

A Entidade não constituiu provisão para contingências por não haver elementos que subsidiem sua criação. Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

k) Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado e Provisão para crédito liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente, ou quando necessário.

l) Imunidade e isenções usufruídas

Na qualidade de Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza de imunidade e de isenções de impostos e contribuições. No âmbito federal goza da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal e da isenção disciplinada pelo o art. 15 da Lei nº 9.532 de 10/12/97 e adicionalmente, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composto pelos recursos em espécie, saldos de contas bancárias e aplicações financeiras à disposição da Entidade na data do Balanço. O valor das disponibilidades sofreu um aumento de 51,18%, ocasionado pelo início da arrecadação através da modalidade incentivo e do aumento do número de praças durante o exercício.



	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	2.525	2.641
Bancos conta movimento - Sem restrição	221.808	1.412.774
Bancos conta movimento - Com restrição (i)	69.692	1.114.650
Aplicações de financeiras - Sem restrição	1.633.282	2.726.384
Aplicações de financeiras - Com restrição (i)	<u>17.044.024</u>	<u>7.697.437</u>
Total	<u>18.971.331</u>	<u>12.953.885</u>

(i) Para uma melhor apresentação das demonstrações contábeis, e obtenção de real comparabilidade, reclassificamos os valores considerados como “Recursos vinculados a projetos” no exercício de 2015, considerando as características dos recursos e intenção da Entidade.

	<u>Recursos vinculados a projetos</u>	<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>
31/12/2016	8.812.086	4.141.799
Reclassificação	<u>(8.812.086)</u>	<u>8.812.086</u>
	<u>-</u>	<u>12.953.885</u>

As contas banco movimento registram o saldo demonstrado no extrato das contas bancárias, acrescido dos depósitos bloqueados e deduzidos dos cheques e ordens de pagamentos emitidas e não compensadas até a data do Balanço.

As aplicações financeiras correspondem à Curto Prazo Automático - CPA, remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas a qualquer momento de acordo com a necessidade de recursos da Entidade para custeamento das despesas administrativas e dos projetos vinculados a estas aplicações.

6. CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

Correspondem as contribuições das entidades filiadas, previstas no artigo 89 do Estatuto Social, sendo estipuladas anualmente por proposta da Diretoria Executiva da Federação Nacional das Apaes, aprovada pelo Conselho de Administração e pelas campanhas anuais da Apae Noel.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contribuições a receber de filiadas	1.380.971	-
Campanhas Apae Noel a receber	116.601	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(322.550)</u>	-
	<u>1.175.022</u>	<u>-</u>



Na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi considerado a realidade das Entidades Filiadas, a Administração entende por justo a constituição de PCLD para valores vencidos acima de dois anos apurados sobre a parcela pertencente a Federação, já descontado o valor do repasse às Federações previstos no Estatuto Social.

7. RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS VINCULADOS

Referem-se a recursos oriundos da modalidade “Popular”, até 10 de abril de 2016 e da modalidade “Incentivo”, a partir de 17 de abril de 2016, cuja destinação está vinculada através de resoluções de diretoria para realização dos projetos e ações previstos no estatuto da FENAPAES. Na modalidade incentivo os Angariadores são responsáveis pela caução dos valores necessários à realização dos sorteios dos títulos e promover as doações dos certificados de contribuição em nome da FENAPAES.

		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante - Com restrição			
Banco conta movimento		69.692	1.114.650
Aplicações financeiras		17.044.024	7.697.436
Total de caixa e equivalentes de caixa		17.113.716	8.812.086
Adiantamento a angariadores	(ii)	52.304.855	-
Prestação de contas de angariadores	(iii)	460.959	-
Total de créditos com parcerias		52.765.814	-
Recursos vinculados com parcerias privadas		69.879.530	8.812.086
Passivo circulante - Com restrição			
Recursos para projetos FENAPAES	(i)	24.006.931	9.490.460
Obrigações com angariadores contratados	(ii)	46.128.003	158.889
Provisão de despesas para angariadores	(iii)	460.959	-
Total de convênios em execução		46.588.962	158.889
Obrigações vinculadas a parcerias privadas		70.595.893	9.649.349
Receitas e despesas - Com restrição			
Receitas da parceria na modalidade incentivo		445.495.432	5.435.246
Despesas da parceria na modalidade incentivo		(428.402.472)	(5.449.665)
Recursos destinados a projetos FENPAES		(17.092.960)	-
Resultado das parcerias		-	(14.419)



- (i) Referem-se ao saldo disponível para aplicação nos projetos das Federações Estaduais e APAES e para custeamento dos Grandes Eventos da entidade, decorrente do resultado do convênio celebrado entre as empresas de capitalização e angariadoras. No ano de 2016 os recursos destinados à realização de projetos apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 31/12/2015	(+) Valor Disponibilizado	(-) Valor aplicado e ajustes	Saldo 31/12/2016
Grandes Eventos	1.194.146	2.038.055	1.241.546	1.990.655
Grandes Eventos - Inscrições	-	502.175	-	502.175
Recurso Fundo Solidário (a)	-	1.891.517	-	1.891.517
FEAPAES Conveniadas – Projeto (b)	7.080.458	34.903.913	24.547.246	17.437.125
FEAPAES Não Conveniadas - Projeto	1.215.857	2.428.447	1.458.845	2.185.458
Total	9.490.460	41.764.107	27.247.637	24.006.931

- (a) Corresponde a um fundo de reserva criado com a finalidade de atender as entidades filiadas em situação de emergência, conforme ata de reunião da Diretoria Executiva realizada em 19/11/2015 e registrada sob nº 134493 no Registro das Pessoas Jurídicas do DF. Seus recursos provêm dos rendimentos das aplicações financeiras das contas com restrição utilizadas nas modalidades popular e incentivo.
- (b) Referem-se ao saldo disponível para os projetos das Federações Estaduais e APAES e para custeamento dos Grandes Eventos da entidade, decorrente do resultado do convênio celebrado entre as empresas de capitalização e angariadoras.

UF	Destinações das Modalidades	Devolução de projetos	(-) Utilização em Projetos e Acertos	Resultado em 2016
AC	920.097,16	-	330.726,50	589.370,66
AL	1.063.597,46	-	472.566,97	591.030,49
AM	966.407,63	-	610.400,34	356.007,29
AP	314.956,04	-	30.782,00	284.174,04
BA	702.294,96	-	95.305,97	606.988,99
DF	394.910,62	-	348.726,36	46.184,26
ES	1.517.099,88	-	695.500,00	821.599,88
GO	125.982,08	-	154.766,00	(28.783,92)
MG	5.975.208,02	108.728,72	4.648.519,52	1.435.417,22
MS	145.207,45	-	221.264,69	(76.057,24)
MT	-	-	20.317,20	(20.317,20)
PA	1.719.947,78	662,30	1.176.783,88	543.826,20
PB	-	-	47.177,80	(47.177,80)
PE	2.295.490,94	-	489.837,01	1.805.653,93
PR	1.702.042,75	64.633,91	2.207.093,15	(440.416,49)
RJ	-	14.009,45	29.892,03	(15.882,58)

UF	Destinações das Modalidades	Devolução de projetos	(-) Utilização em Projetos e Acertos	Resultado em 2016
RN	-	5.906,02	-	5.906,02
RO	790.998,04	4.283,91	847.904,83	(52.622,88)
RR	459.718,52	-	-	459.718,52
RS	2.424.986,44	58.821,20	315.028,07	2.168.779,57
SP	1.365.548,30	-	42.280,00	1.323.268,30
Total	22.884.494,07	257.045,51	12.784.872,32	10.356.667,26

Saldo em 31/12/2015	7.080.458
Valor disponível para destinações em 2016	<u>10.356.667</u>
Saldo em 31/12/2016	<u><u>17.437.125</u></u>

- (ii) Referem-se aos valores adiantados recebidos das empresas angariadoras na forma de “caução financeira” para a realização dos sorteios promovidos pelos mesmos, sendo que este valor será devolvido no prazo de 60 (sessenta) dias após a realização dos sorteios, acrescidos de correção monetária. Conforme disposição contratual estes valores poderão ser compensados para a realização de sorteios futuros.
- (iii) Referem-se ao saldo das prestações de contas que os Angariadores possuem para compensar ou deduzir nos próximos sorteios, conforme disposto em contrato de prestação de serviços para angariação de contribuições do projeto de contribuição incentivada.

8. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelos bens adquiridos pela FENAPAES, que serão entregues aos ganhadores dos sorteios de campanhas realizadas pela a Federação.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prêmio de campanha Apae Noel	115.851	99.443

9. Adiantamentos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a fornecedores	738.683	28.310
Adiantamento a empregados	40.654	491
Outros adiantamentos	6.791	712
Total	<u><u>786.128</u></u>	<u><u>29.513</u></u>



O adiantamento a fornecedores constitui na sua maioria a valores pagos aos fornecedores a título de antecipação para reserva de hospedagem do evento Festival da Arte, a ser realizado em 2017.

O adiantamento a empregados corresponde a valores de férias, os quais serão descontados proporcionalmente aos dias efetivamente gozados, e valores concedidos a título de adiantamento de salários, que serão descontados conforme acordado com a administração:

Outros adiantamentos correspondem a valores pagos como adiantamento para viagens de colaboradores e custeamento de despesas de pequeno valor.

10. EMPRÉSTIMOS ÀS FEDERAÇÕES/APAES

São representados pelos valores a serem recebidos decorrentes de empréstimos concedidos às entidades filiadas, de modo a viabilizar os atendimentos prestados pelas entidades beneficiadas, os quais serão ressarcidos à FENAPAES conforme previsto em contrato específico.

	Saldo em 31/12/2015	Concessões no período	Recebimentos no período	Saldo em 31/12/2016
Federação das APAES do Estado de Maranhão	60.000	-	-	60.000
APAE do Rio de Janeiro	128.333	-	-	128.333
Federação das APAES do Estado de Mato Grosso	34.319	-	-	34.319
Federação das APAES do Estado de Mato Grosso do Sul	38.000	-	21.796	16.204
Federação das APAES do Estado do Amazonas	20.000	-	-	20.000
APAE de Manaus	20.000	-	-	20.000
Total	300.652	-	21.796	278.857

11. ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou valor de avaliação, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com taxas estabelecidas pelo tempo de vida útil do bem.

Item	Valor líquido 31/12/2015	Aquisições	Ajustes	Depreciação do Período	Valor líquido 31/12/2016	Taxa Anual
Terrenos	176.000	660	20	-	176.680	0%
Edificações e construções	1.909.580	143.540	(20)	(53.242)	1.999.858	2,5% a 25%
Instalações	-	43.133	-	(3.645)	39.487	10%
Móveis e utensílios	32.457	4.657	-	(10.244)	26.871	10% a 25%
Equipamentos de informática	64.649	20.944	-	(9.243)	76.349	20% a 25%
Máquinas e equipamentos	29.292	26.322	-	(25.070)	30.544	5% a 33%
Total	2.211.977	239.255	-	(101.444)	2.349.788	

Não foram verificadas evidências claras de desvalorização dos bens suficientes para subsidiar a constituição de provisão para *impairment*. A administração da Entidade fará nova avaliação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Serão realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados da atividade durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e; (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Encargos trabalhistas a recolher	189.874	129.573
Bolsa auxílio a pagar	1.125	
INSS a recolher	8.264	-
FGTS a recolher	13.163	-
IRRF sobre folha a recolher	21.494	
PIS sobre folha a recolher	2.195	-
Férias a pagar	132.190	118.372
FGTS sobre férias a pagar	10.520	10.007
PIS sobre férias a pagar	922	1.194
Retenções na fonte a recolher	1.135	2.161
IRRF a recolher	78	349
CSRF a recolher	262	1.690
ISS retido a recolher	795	122
Total	<u>191.008</u>	<u>131.734</u>

13. OBRIGAÇÕES COM FILIADAS

Refere-se às obrigações da Entidade com as Federações Estaduais que são determinadas conforme a seguinte base de cálculo:

- a) 50% dos recursos recebidos das Apaes filiadas, a título de anuidade, previsto no artigo 89 do Estatuto da Entidade;



- b) Os recursos recebidos da Campanha Apae Noel são repassados para as Federações Estaduais, tendo como distribuição, a saber:

Dos bilhetes cujos valores são de R\$ 10,00 (dez reais) cada, as Apaes têm até o dia 31 de dezembro de cada ano, para realizar o pagamento através do boleto bancário, que deve ser pago pelo valor integral.

Demonstrativo de distribuição da arrecadação dos bilhetes:

- ✓ Aproximadamente 70% (valor bruto) do Bilhete - ficam com a APAE's*
- ✓ Aproximadamente 20% (valor bruto) do Bilhete - ficam com a FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO.
- ✓ Aproximadamente 10% (valor bruto) do Bilhete - ficam com a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE's

*Dos 70% são retirados 6% para os fundos do Tesouro Nacional e a taxa de manutenção da Campanha para as Apaes, valor rateado entre todas as entidades.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Repases a pagar filiadas de contribuições	690.485	-
Repases a pagar Apae Noel	23.321	-
Total	<u>713.806</u>	<u>-</u>

Contribuições de filiadas			
Ano	Contribuição	Perc.	Valor repasse
2012	145.615	50%	72.808
2013	187.717	50%	93.859
2014	239.197	50%	119.598
2015	303.305	50%	151.652
2016	505.137	50%	252.569
Total	1.380.971		690.485

Campanha APAE Noel			
Ano	Contribuição	Perc.	Valor repasse
2012	4.752	20%	950
2013	8.554	20%	1.711
2014	32.050	20%	6.410
2015	24.872	20%	4.974
2016	46.373	20%	9.275
Total	116.601		23.321

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É apresentado em valores atualizados e composto pelo Patrimônio Social, acrescido dos valores dos superávits, dos ajustes dos exercícios anteriores e diminuído dos déficits ocorridos. Os superávits, quando ocorrem, são destinados à manutenção das atividades para atender aos dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil da Continuidade da Entidade. A Entidade não distribui qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria a qualquer título ou pretexto.

15. REALIZAÇÃO E AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A FENAPAES realizou por depreciação o ajuste de avaliação patrimonial, conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ajustes de avaliação patrimonial inicial	783.224	1.990.935
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	<u>(62.056)</u>	<u>(207.711)</u>
	<u>1.721.168</u>	<u>1.783.224</u>

16. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O efeito dos ajustes de exercícios anteriores registrados no exercício foi um superávit de R\$ 368.029, cujo valor será incorporado ao Patrimônio Social juntamente com o saldo acumulado de 2015, após aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

Ajustes por mudança de critério	316.788
Correção de erro imputável	40.472
Registro Extemporâneo	<u>10.769</u>
Movimentação	368.029

Composição dos ajustes realizados no exercício:

<u>Conta Contábil</u>	<u>Motivo do Ajuste</u>	<u>Tipo</u>	<u>Valor</u>
112111 – Contribuições Filiadas	Mudança de Critério – Registro pelo regime de competência	C	494.099
112171 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	Mudança de Critério – Registro pelo regime de competência	D	(177.311)
111217 – BCO.BRASIL C/C 404.762-1 MENSALIDADE	Registro Extemporâneo – Recebimento de exercícios anteriores	C	9.582
111211 – BCO.BRASIL C/C 41.484-0 MOV.GERAL	Registro Extemporâneo – Despesa de exercício anterior	C	1.187
211131/33/34 – PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS	Correção de Erro Imputável – Ajuste provisão a maior	C	5.191
211516 – LEGALCAP PARTICIPAÇÕES - LEGAL CAP	Correção de Erro Imputável – Provisão em duplicidade	C	37.336
111211 – BCO.BRASIL C/C 41.484-0 MOV.GERAL	Correção de Erro Imputável – Registro de despesa de exercício anterior	D	(1.087)
211323/25 – PRESTADORES DE SERVIÇOS	Correção de Erro Imputável – Registro de despesa de exercício anterior	D	(778)
211221/22/23 – IRRF/CSRF E ISS RETIDO A RECOLHER	Correção de Erro Imputável – Registro de despesa de exercício anterior	D	(395)
114311 – PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	Correção de Erro Imputável – Ajuste provisão a menor	C	448
111212 – BCO.BRASIL C/C 37.147-5 APAE ENERGIA	Correção de Erro Imputável – Registro de despesa de exercício anterior	D	(62)
2113210 – AGÊNCIA DE VIAGENS MUNDO DO VINHO	Correção de Erro Imputável – Ajuste provisão a maior	C	20
		C	<u>368.029</u>

17. PROJETO DE CONTRIBUIÇÃO POPULAR E INCENTIVADA

Modalidade Popular

A Modalidade Popular, vigente de 03 de julho de 2013 até 10 de abril de 2016, é um plano que permite a participação do consumidor em sorteios, sem que haja devolução integral dos valores pagos ao final da vigência. Os títulos da modalidade Popular são utilizados para contribuir com a FENAPAES através da doação/cessão pelo adquirente, do resgate do título.

Modalidade Incentivo

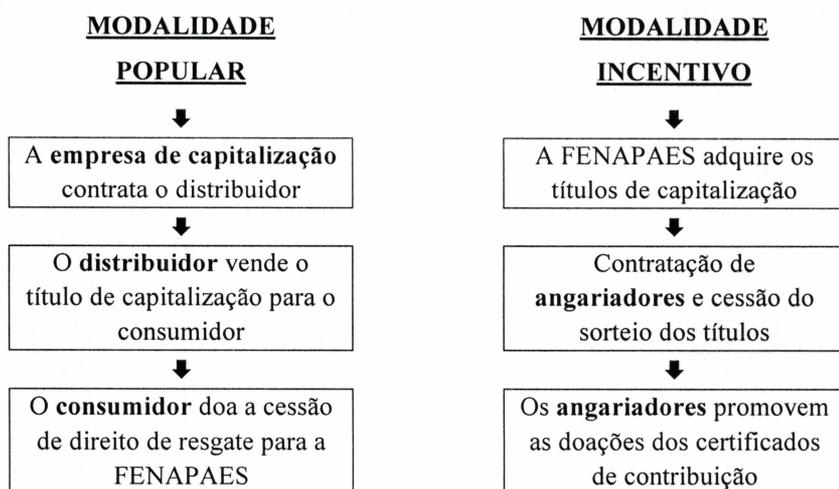
Em 17 de abril de 2016 a Federação Nacional das APAES passou de beneficiária da cessão de direito de resgate (modelo popular) para estipulante, no modelo incentivo, onde o título de capitalização é vinculado a um evento promocional de incentivo ou de premiação para a arrecadação de doações.

Nesta modalidade a FENAPAES adquire uma ou mais séries de títulos e contrata Angariadores para organização e realização dos sorteios dos títulos. A empresa de capitalização realiza a apuração dos sorteios e o pagamento dos prêmios. Após a realização dos sorteios e decorridos o prazo para resgate do título de capitalização, o valor retorna para a FENAPAES para o pagamento de despesas e execução de projetos.

O convênio entre as sociedades de capitalização e a FENAPAES está presente em 26 Estados da Federação através de 23 produtos conveniados que beneficiam diretamente diversas APAES do Brasil. Atualmente a FENAPAES possui parceria com três empresas Capitalizadoras:

APLUB Capitalização – APLUBCAP
Invest Capitalização – INVESTCAP
Aplicap Capitalização – APLICAP

A mudança na forma de arrecadação está demonstrada no quadro a seguir:



Conforme dispõe a Resolução nº 006, de 15 de novembro de 2013, os recursos líquidos oriundos da “modalidade incentivo” são distribuídos da seguinte forma:

80% →	Distribuídos para os Estados da Federação que possuem produto – mediante apresentação de projetos.
20% →	Repassados para a Federação Nacional das APAES, a qual fará a seguinte destinação: → 40% Destinado para as Federações que não possuem produto. → 35% Destinado para a realização dos Grandes Eventos. → 25% Despesas de manutenção da FENAPAES.

Diante da mudança de modalidade foi necessária a adequação do plano de contas contábil da Entidade, de modo a viabilizar o registro destas operações e demonstrar de forma clara a movimentação contábil do exercício.

Resultado das Modalidades Popular e Incentivo – Por UF: As modalidades apresentaram em 2016 o seguinte resultado por estado:

UF	Modalidade Popular		Modalidade Incentivo			
	Resultado	80% FeAPAES Conveniadas	Receitas	Despesas	Resultado	80% FeAPAES Conveniadas
AC	339.239,19	271.391,35	20.012.419,77	19.201.537,48	810.882,29	648.705,81
AL	801.031,69	640.825,35	13.362.135,80	12.833.670,68	528.465,12	422.772,11
AM	663.541,05	530.832,84	13.797.854,29	13.253.385,79	544.468,50	435.574,79
AP	375.871,85	300.697,48	445.580,00	427.756,79	17.823,21	14.258,56
BA	-	-	22.009.483,99	21.131.615,34	877.868,65	702.294,96
DF	187.529,48	150.023,58	7.862.871,16	7.556.762,36	306.108,80	244.887,04
ES	1.011.682,25	809.345,80	20.481.970,41	19.597.277,80	884.692,61	707.754,08
GO	-	-	5.270.539,36	5.113.061,76	157.477,60	125.982,08
MG	3.673.798,94	2.939.039,15	91.016.036,67	87.212.455,49	3.803.581,18	3.044.538,79
MS	181.509,31	145.207,45	-	-	-	-
PA	1.249.164,12	999.331,30	22.711.770,26	21.811.003,67	900.766,59	720.616,48
PE	1.043.959,73	835.167,78	45.752.782,63	43.927.379,35	1.825.403,28	1.460.323,16
PR	828.712,28	662.969,79	33.956.885,00	32.666.413,74	1.290.471,26	1.030.703,04
RO	452.202,55	361.762,04	13.419.520,00	12.882.975,03	536.544,97	429.236,00
RR	259.799,28	207.839,42	7.872.182,00	7.557.333,12	314.848,88	251.879,10
RS	114.361,84	91.489,47	90.167.891,23	87.251.025,71	2.916.865,52	2.333.496,97
SP	243.108,37	194.486,70	37.355.509,64	35.891.682,64	1.463.827,00	1.171.061,60
Total	11.425.511,93	9.140.409,50	445.495.432,21	428.315.336,75	17.180.095,46	13.744.084,57
	20% →	2.285.102,43			20% →	3.436.010,89

Resultado das Modalidades Popular e Incentivo – Por Produto: As modalidades apresentaram o seguinte resultado no exercício de 2016:

Produto	UF	Modalidade Popular	Modalidade Popular FeAPAES Conveniadas	Modalidade Incentivo			
				Receitas	Despesas	Resultado ⁽⁶⁾	FeAPAES Conveniadas
ABC CAP LEGAL	SP	-	-	2.876.974,00	2.774.811,60	102.162,40	81.729,92
ACRE CAP LEGAL	AC	339.239,19	271.391,35	20.012.419,77	19.201.537,48	810.882,29	648.705,81
ALAGOAS DA SORTE	AL	801.031,69	640.825,35	13.362.135,80	12.833.670,68	528.465,12	422.772,11
AMAPA CAP	AP	375.871,85	300.697,48	445.580,00	427.756,79	17.823,21	14.258,56
AMAZONAS DA SORTE	AM	663.541,05	530.832,84	13.797.854,29	13.253.385,79	544.468,50	435.574,79
APAE CAP	DF	187.529,48	150.023,58	-	-	-	-
BAHIA DA SORTE	BA	-	-	22.009.483,99	21.131.615,34	877.868,65	702.294,96
CAP LEGAL	SP	243.108,37	194.486,70	6.105.674,04	5.867.437,64	238.236,40	190.589,12
CAP LEGAL LITORAL	SP	-	-	8.771.915,01	8.430.869,21	341.045,80	272.836,64
CAPITAL DE PRÊMIOS	DF	-	-	7.862.871,16	7.556.762,36	306.108,80	244.887,04
CAPIXABA CAP	ES	1.011.682,25	809.345,80	20.481.970,41	19.597.277,80	884.692,61	707.754,08
CARAJAS DA SORTE	PA	235.498,30	188.398,64	1.179.300,00	1.132.128,01	47.171,99	37.737,60
CARIMBO DA SORTE	PA	1.013.665,82	810.932,66	21.532.470,26	20.678.875,66	853.594,60	682.878,88
GOIAS DA SORTE	GO	-	-	5.270.539,36	5.113.061,76	157.477,60	125.982,08
LEGAL CAP	MG	487.055,51	389.644,41	10.798.761,79	10.383.631,39	415.130,40	332.104,32
MINAS CAP	MG	756.481,08	605.184,86	39.501.420,00	37.765.674,37	1.735.745,63	1.381.900,52
MINAS CAP UAI	MG	-	-	4.258.469,87	4.058.660,12	199.809,75	159.847,71
PANTANAL CAP	MS	181.509,31	145.207,45	-	-	-	-
PERNAMBUCO DA SORTE	PE	1.043.959,73	835.167,78	32.849.612,86	31.540.335,67	1.309.277,19	1.047.421,76
PERNAMBUCO EXTRA	PE	-	-	1.398.680,00	1.342.732,79	55.947,21	44.757,76
PROESTE	PR	417.781,46	334.225,17	20.093.780,00	19.290.028,87	803.751,13	643.000,96
RONDON CAP	RO	411.508,22	329.206,58	13.419.520,00	12.882.975,03	536.544,97	429.236,00
RONDON CAP SUL	RO	40.694,33	32.555,46	-	-	-	-
RORAICAP	RR	259.799,28	207.839,42	7.872.182,00	7.557.333,12	314.848,88	251.879,10
SUL MINAS CAP	MG	1.035.452,16	828.361,73	-	-	-	-
SUPER CAP	SP	-	-	19.600.946,59	18.818.564,19	782.382,40	625.905,92
TRIÂNGULO DA SORTE	MG	1.394.810,19	1.115.848,15	36.457.385,01	35.004.489,61	1.452.895,40	1.162.316,32
TRILEGAL	RS	67.792,44	54.233,95	44.343.082,42	42.902.596,99	1.440.485,43	1.152.390,62
TRILEGAL TCHÊ	RS	46.569,40	37.255,52	45.824.808,81	44.348.428,72	1.476.380,09	1.181.106,35
VALE SORTE LONDRINA	PR	410.930,82	328.744,62	13.863.105,00	13.376.384,87	486.720,13	396.072,00
VALE SORTE PETROLINA	PE	-	-	11.504.489,77	11.044.310,89	460.178,88	368.143,64
		11.425.511,93	9.140.409,50	445.495.432,21	428.315.336,75	17.180.095,46	13.744.084,57
		20% →	2.285.102,43			20% →	3.436.010,89

Destinação do Resultado da Modalidade Incentivo: Em atendimento a Resolução nº 006, de 15 de novembro de 2013, foram realizadas as seguintes destinações dos recursos oriundos da modalidade incentivo:

Destinações em 2016	%	Modalidade Popular	Modalidade Incentivo	Total
FEAPAES Conveniadas - Projeto	80%	9.140.409,50	13.744.084,57	22.884.494,07
Federação Nacional das APAES	20%	2.285.102,43	3.436.010,89	5.721.113,32
→ FEAPAES Não Conveniadas - Projeto	40%	914.040,97	1.370.643,21	2.284.684,18
→ Grandes Eventos	35%	799.785,85	1.202.607,45	2.002.393,30
→ Manutenção Controladoria	25%	571.275,61	862.760,23	1.434.035,84
Total de recursos destinados para projetos	100%	11.425.511,93	17.180.095,46	28.605.607,39

Utilização do Resultado da Modalidade Incentivo (20%): No exercício de 2016 foram efetivamente aplicados os seguintes valores:

Destinação FENAPAES		Aplicação dos Recursos					Total
		Valor Repassado para Projetos			Manutenção Controladoria		
Tipo de Modalidade		FEAPAES Conveniadas	FEAPAES Não Conveniadas	Grandes Eventos	Pessoal	Viagens	
Popular	11.425.511,93						
Incentivo	17.180.095,46	12.126.987,64	1.352.859,45	1.149.162,89	2.055.282,04	1.370.584,42	18.054.876,44
Total	28.605.607,39						

18. RECEITAS COM PROJETOS PRÓPRIOS

A Entidade realiza campanhas e projetos para geração de receitas que viabilizam suas atividades.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Projeto Apae Energia	1.668.884	1.815.652
Campanha Apae Noel	872.865	903.354
Contribuições Filiadas	1.405.993	969.626
Receita Uniapae	57.625	246.161
Manutenção Modalidade Incentivo	1.379.240	733.138
Outras Receitas	308.382	325.578
Campanha Cartão Bradesco	28.212	27.022
Recuperação de despesas	-	10.007
Receita Olimpíadas 2015	-	411.232
Receita Apae Rede	-	75.936
Total de Receitas	<u>5.721.201</u>	<u>5.517.706</u>

19. VALOR JUSTO DOS TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

A Federação mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme dispõe o item 19 da ITG-2002 (R1) – Entidade sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12. Os trabalhos voluntários identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2016 e 2015, bem como os seus valores justos, estão apresentados no quadro a seguir:

Órgão	Integrantes	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Diretoria Executiva	9	224.341	-
Conselho Fiscal	6	12.388	-
Conselho de Administração	24	39.642	-
Coordenadorias Nacionais	8	584.098	740.850
Total		<u>860.469</u>	<u>740.850</u>

Esses valores foram reconhecidos na Demonstração do Superávit na rubrica de “Recursos Obtidos com Voluntariado”, com contrapartida na rubrica de despesas “Trabalho Voluntário”. O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que a Federação estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário. Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações nos salários pagos pela própria Federação aplicados por analogia a função desempenhada em cada órgão voluntário, proporcionais ao número de dias úteis os quais cada membro ficou à disposição da Entidade.

20. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com validade de 28.11.2015 a 27.11.2018, conforme processo nº 71000.003638/2015-35, publicado na Portaria nº 126, item 10, de 17 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 18/12/2015, no qual usufrui da Isenção Tributária. Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 entidades beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
INSS cota patronal	304.383	258.829
Cota a outras entidades	66.654	58.236
Cota ao RAT	29.624	25.883
Cofins	13.584.824	-
Cota IPTU	-	4.247
Total	<u>13.985.485</u>	<u>347.195</u>

Contribuição Previdenciária

A isenção usufruída da contribuição previdenciária foi registrada mensalmente, conforme a Resolução CFC 2015/ITG2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, tendo como base os valores da folha de pagamento dos funcionários e autônomos.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

A isenção usufruída da COFINS foi registrada mensalmente, conforme a Resolução CFC 2015/ITG2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, tendo como base o faturamento da Entidade.



21. REPASSES A FEDERAÇÕES ESTADUAIS

A Entidade, mediante regulamentos internos, contratos e estatuto social, possui acordos de repasse de parte dos valores recebidos para as Federações Estaduais, referente às contribuições das filiadas.

UF	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AM	17.075	2.335
BA	29.429	28.564
CE	10.819	9.887
ES	13.293	16.872
GO	11.224	11.992
MA	3.961	7.157
MG	174.157	202.670
MS	19.183	23.835
MT	10.003	12.555
PA	16.994	13.651
PB	5.226	4.461
PE	7.463	6.097
PI	4.989	5.754
PR	183.006	165.971
RJ	16.583	17.197
RN	16.307	4.145
RO	7.956	7.952
RS	99.164	78.342
SC	96.505	102.376
SE	8.692	2.666
SP	121.860	159.026
TO	11.292	10.115
Total	<u>885.181</u>	<u>893.620</u>

22. DESPESAS COM PESSOAL

Evidenciam-se abaixo os gastos com pessoal contratado necessário à manutenção das atividades da Entidade.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração	(1.247.829)	(1.185.254)
Benefícios	(318.093)	(84.797)
Encargos Sociais	(454.278)	(597.875)
Outros gastos	<u>(35.083)</u>	<u>(23.184)</u>
	<u>(2.055.282)</u>	<u>1.891.109</u>

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços de terceiros	(714.420)	(937.017)
Estrutura geral e manutenção	(237.486)	-
Materiais e almoxarifado	(37.539)	(143.385)
Estádias, Transporte e locomoção	(1.391.422)	(1.342.468)
Utilidades e serviços	(404.035)	(662.754)
Seguros	(6.095)	(4.078)
Gastos Gerais	(293.953)	-
Total	<u>(3.084.950)</u>	<u>(3.089.702)</u>

24. OBRIGAÇÕES DA ÁREA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS

a) Gratuidades Concedidas

Todas as despesas são consideradas benefícios concedidos aos beneficiários da Federação em atendimento a sua missão estatutária. Os recursos da Federação são destinados diretamente à assistência social, ao assessoramento, defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência, formação e capacitação de lideranças, defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nas áreas da educação, saúde, formação para o trabalho, esporte, cultura, estudo e pesquisa.

b) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

A Entidade possui certificado com validade de 28/11/2015 a 27/11/2018, conforme processo nº 71000.003638/2015-35, publicado na Portaria nº 126, item 10, de 17 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 18/12/2015. Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Assistência Social (PNAS), regulamentadas pelo Decreto Nº 6.308/07, Resolução do CNAS Nº 109/09 e Resolução CNAS Nº 16/10, sendo, portanto, inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atendendo os seguintes requisitos:

- I – proporciona a prestação de serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;
- II - quantifica e qualifica suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- III - demonstra potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e
- IV – proporciona a disponibilização desses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.



c) Formalização dos projetos Sociais

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo, origem de recursos, infraestrutura, tipificação dos serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

25. ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS

A Entidade, em atendimento a Lei nº 12.101/09, ao Decreto nº 7.237/10 e Resolução do CNAS nº 16/10, para realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos (art. 88 do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais:

TIPIFICAÇÃO DAS RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

Rubrica Contábil	Valor Contábil realizado	Valor Contábil a receber
Receitas Financeiras e de Capital	343.992	-
Convênios Privados – APAE Energia	1.668.884	116.601
Receitas com Voluntariado	860.469	-
Convênios Privados – Modalidades Popular e Incentivo	1.379.240	-
Receitas com Contribuições de Entidades Filiadas	2.278.858	1.380.971
Outras Receitas Operacionais	336.594	-
Receitas com Arrecadações e Serviços	57.625	-
Total	6.925.662	1.497.572

ORIGEM DAS RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS

Origem dos recursos	Valor	Percentual
Recursos Próprios: decorrentes de mensalidades/doações dos membros ou associados, aplicações financeiras, arrecadações com projetos.	6.925.662	100,00%
Recursos Públicos: subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.	-	0,00%
Total	6.925.662	100,00%



26. RESULTADO DAS DESTINAÇÕES DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS

A Entidade, em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto Nº 7.237/10, Decreto Nº 6.308/07 e Resolução CNAS Nº 16/10, na realização de suas atividades de assistência social (fins) demonstra a destinação dos valores destinados para as APAES realizarem suas ações sociais tanto para proteção social básica, quanto para proteção especial de média e alta complexidade.

Conforme dispõe o art. 2º da Resolução nº 006, de 15/11/2013, os Estados da Federação que não formalizaram o termo aditivo poderão receber os recursos diretamente da FENAPAES mediante a apresentação de projetos, os quais são captados através da publicação de editais emitidos pelas Federações Estaduais, que estipulam as condições e os limites para a liberação de recursos, bem como as regras para prestação de contas, de modo a garantir que o recurso ora disponibilizado seja efetivamente aplicado na realização das atividades fins das APAES beneficiadas. Após o cumprimento de todos os requisitos necessários, o recurso é liberado em até 30 dias.

Recursos aplicados em projetos em 2016	Valor
APAES conveniadas	12.126.988
Projetos Apresentados em 2015 e Aprovados em 2016	1.090.823
Projetos Apresentados e Aprovados em 2016	11.036.165
APAES não conveniadas	2.502.022
Projetos Apresentados em 2015 e Aprovados em 2016	165.176
Projetos Apresentados e Aprovados em 2016	1.187.683
Realização de Grandes Eventos	1.149.163
Total	14.629.010

27. COBERTURA DE SEGUROS

Com a finalidade de atender a medidas preventivas adotadas permanentemente, a FENAPAES efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros nas unidades.

Modalidade	Apólice	Seguradora	Vigência	Limite Máximo	Prêmio Líquido
Seguro Predial	0.118.11.39.602-2	Porto Seguro Cia.de Seguros Gerais	09/12/2016 a 09/12/2017	1.250.000	1.666
Seguro Predial	653319	Aliança do Brasil Seguros S/A	01/09/2016 a 01/09/2017	300.000	1.161
Seguro de Vida	88812	Cia. de Seguros Aliança do Brasil	30/09/2013 a 01/10/2018	276.732	9.965

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há evidências de eventos favoráveis ou desfavoráveis que ocorrem após a data do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis que originem ajustes dos valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis ou faça o reconhecimento dos itens que não tenham sido reconhecidos.

As Demonstrações Contábeis serão auditadas e posteriormente analisadas pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, sendo encaminhadas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data a ser definida, tendo em vista a eleição da nova Diretoria.

Ocorrerá no mês de novembro de 2017 a eleição da nova diretoria para um mandato de 3 (três) anos, conforme dispõe o artigo 91 do Estatuto Social da FENAPAES.

... // ...

